

## ANÁLISE DE DESEMPENHO ECONÔMICO E SOCIAL: ESTUDO DO BALANÇO SOCIAL DE EMPRESAS BRASILEIRAS

### ANALYSIS OF ECONOMIC AND SOCIAL PERFORMANCE: STUDY OF SOCIAL BALANCE OF BRAZILIAN COMPANIES

Marcos Antonio de Souza<sup>1</sup>  
Rochele Medeiros Pimentel<sup>2</sup>

**Resumo:** O objetivo do artigo é analisar o desempenho da gestão sustentável de empresas brasileiras, refletido no Balanço Social. Trata-se de uma pesquisa aplicada e documental, abordando o problema de forma quantitativa e qualitativa. Dez empresas de diferentes setores econômicos foram selecionadas, cujos dados referentes ao período 2008-2010 coletados das demonstrações contábeis. Os principais resultados indicam que as empresas ainda estão no início de ações sustentáveis, visto que às ações socioambientais são direcionadas basicamente ao cumprimento das obrigações legais. Quanto à distribuição do total do valor adicionado no triênio, o maior beneficiário, de modo geral, foi o governo (52,5%), seguido pelos colaboradores (14,9%). O Bradesco foi a empresa que apresentou distribuição mais balanceada do valor adicionado (R\$55,3 bilhões): 29,1% (governo) e 31% (colaboradores). Além disso, destinou R\$32,9 bilhões a investimentos socioambientais: 81,2% compulsórios e 18,8% voluntários. a Sabesp vem na sequência, com distribuição (15,2 bilhões) de 30% (governo) e (28,9%) colaboradores.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento Sustentável. Balanço Social. Gestão Sócio-Ambiental.

**Abstract:** *This paper aims to analyze the performance of sustainable management reflected in the Social Balance of Brazilian enterprises. It is an applied and documental research, addressing the problem under quantitative and qualitative form. Ten companies from different economic sectors were selected and the data for the period 2008-2010 were collected from de financial statement. The main results show that the companies are in the early adoption of sustainable actions, since the social actions are basically directed to legal obligations. In general, the biggest beneficiary of total value added was the government (52.5%), followed by the employees (14.9%). Bradesco was the company that made more balanced distribution of value added (R\$55.3 billion): 29.1% (government) and 31% (employees). In addition, Bradesco allocated R\$32.9 billions to social and environmental investments: 81.2% (compulsory) and 18.8% (volunteers) following by Sabesp, with distribution of value added (R\$15.2 billion): 30% (government) and 28.9% (employees).*

**Keywords:** *Sustainable Development; Social Balance; Social & Environmental Management.*

---

<sup>1</sup> Doutor em Controladoria e Contabilidade – FEA USP. Professor do PPG em Ciências Contábeis da Unisinos. Rua Independência, 1093, apto. 1201 – CEP 93010-004 – São Leopoldo-RS. Email: [marcosas@unisinos.br](mailto:marcosas@unisinos.br) – Tel. 51 3554-2572

<sup>2</sup> Bacharel em Ciências Contábeis pela Unisinos. Rua Independência, 1093, apto. 1201 – CEP 93010-004 – São Leopoldo-RS. Email: [marcosas@unisinos.br](mailto:marcosas@unisinos.br) – Tel. 51 3554-2572

## 1 INTRODUÇÃO

A Revolução Industrial, consolidada no século XVIII, alavancou o crescimento econômico, trazendo novas tecnologias e melhorando a qualidade de vida da sociedade.

Conforme destaca Tachizawa (2006), com o passar dos anos, ao mesmo tempo em que esse desenvolvimento trazia avanços para o mundo, os recursos naturais do planeta eram utilizados sem consciência e em larga escala. Assim, o meio ambiente começou a entrar em processo de degradação apresentando vários problemas como: poluição do ar, solo e água; desmatamentos; esgotamento dos recursos naturais; entre outros. Além disso, conforme Tenório (2002), tem-se também as discussões sobre a responsabilidade social das empresas.

Foi a partir da década de 1960, segundo Almeida (2010), que a degradação do meio ambiente tornou-se mais visível, originando as primeiras reações e estudos sobre as graves consequências para o mundo. Com o crescimento da população e do consumo, alguns recursos passaram a ser mais valorizados, temendo o seu esgotamento futuro. De outra parte, conforme destaca Ponchirolli (2008), a responsabilidade social, nos últimos anos tem sido bastante difundida, com as empresas passando a enfrentar novos desafios impostos pelos consumidores, e, ao mesmo tempo, pressões estabelecidas pela sociedade e governo com a criação de regras e legislações, normas éticas e trabalhistas, em todo o processo de gestão.

Conforme Moura (2008), as empresas, por serem produtoras de bens e serviços, e consumidoras de recursos, passam a ter destaque na questão socioambiental. A comunidade, Organizações Não Governamentais (ONGs), governos, clientes, fornecedores e investidores passam a exigir uma postura de melhoria dos processos produtivos, provocando menor geração de resíduos e poluentes, utilização de menor quantidade possível de matérias-primas e energia, além das responsabilidades com as pessoas empregadas e aquelas situadas no entorno de suas atividades. Surge, assim, a questão do desenvolvimento sustentável. Deste modo, e de acordo com Tinoco (2010), o conceito de desenvolvimento sustentável passa a ser adotado, onde as necessidades do presente são atendidas, mantendo o desenvolvimento tecnológico e preservando os recursos naturais do planeta. É nessa mesma linha de raciocínio que se manifestou Savitz (2007), para o qual a empresa sustentável é aquela que gera lucro para os investidores, ao mesmo tempo em que protege o meio ambiente e melhora a vida das pessoas.

Na década de 1970, na França, surge o Balanço Social com a finalidade de evidenciar o compromisso da empresa com a economia, sociedade e o meio ambiente. No Brasil, debates sobre o Balanço Social ganham ênfase somente a partir de 1997, com o trabalho do sociólogo Herbert de Souza. Desse modo, a partir dos anos 90, ações realizadas à comunidade, ao meio ambiente e aos funcionários, passaram a ser divulgadas (REIS; MEDEIROS, 2007).

Para Martins, Bernardo e Madeira (2002) o Balanço Social se torna um demonstrativo de grande importância para análise e avaliação do desempenho das empresas, pois os investidores e clientes tendem a direcionar recursos e consumir produtos de empresas preocupadas com a ética e a transparência. Por ser uma demonstração contábil, a elaboração do Balanço Social passa a ser, conforme Tinoco (2010), uma atribuição da contabilidade.

Diante da contextualização apresentada, o problema de pesquisa que este estudo procura responder é o seguinte: Qual o desempenho da gestão sustentável de empresas brasileiras refletido no seu Balanço Social? Tem-se então como objetivo geral mensurar, analisar e avaliar o desempenho da gestão sustentável de empresas refletido no Balanço Social

A contribuição do estudo está em disponibilizar um conjunto de informações passíveis de serem utilizadas para análise do desempenho da gestão sustentável das empresas de diversos setores da economia refletido no Balanço Social. Oportuniza, assim, que vários usuários

(governo, associações de classe, sindicatos, agências reguladoras, investidores etc) conheçam qual a contribuição das empresas para um desenvolvimento sustentável dela e da sociedade em geral. Pela análise é possível, a cada usuário, ter informações de seu interesse.

A relevância do tema também pode ser expressa pelo interesse e estudos de vários autores. Dentre eles pode-se citar: Pinto e Ribeiro (2004), Athar Neto (2006), Morimoto e Zen (2006), Costa e Souza (2006), Igarashi *et al.* (2010), Souza *et al.* (2011).

Além desta introdução o estudo contempla outras quatro seções. A primeira delas corresponde à contextualização teórica do tema; na segunda, o destaque é dos principais aspectos metodológicos da pesquisa; a terceira, concentra-se na apresentação, análise e discussão dos dados e resultados. Por fim, tem-se a conclusão do estudo, seguida da lista das referências utilizadas na sua construção.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 Gestão e Responsabilidade Social**

Atualmente, é possível observar mudanças nos objetivos e atuações das empresas que passaram a incorporar a prática da responsabilidade social na sua gestão (PONCHIROLI, 2008). Segundo Tenório (2006), a responsabilidade social nas empresas é um tema da atualidade que envolve, numa visão restrita, desde a geração de lucro pelos empresários e, em um contexto mais abrangente, até a implantação de ações sociais no plano dos negócios.

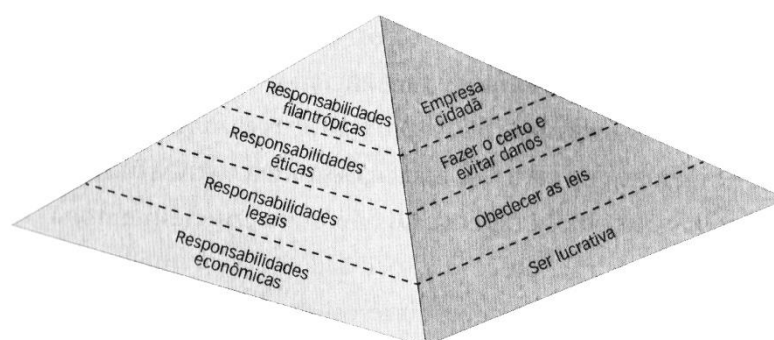
Até o início do século XX, as corporações tinham apenas o objetivo da realização de lucros para seus acionistas, afirma Gomes e Moretti (2007). Em 1919, nos Estados Unidos, a questão da responsabilidade social ficou em evidência com o julgamento do caso Dodge versus Ford. Nesse caso, Ford (presidente e acionista majoritário), em 1916, reverteu parte dos dividendos para investimento na capacidade de produção, aumento de salário e fundo de reserva para redução de receitas, justificando objetivos sociais, contrariando os interesses dos irmãos Dodges (acionistas). A Suprema Corte de Michigan foi favorável aos Dodges, justificando que a corporação existe para benefício de seus acionistas, prevalecendo apenas o interesse da empresa na geração de lucro (GOMES; MORETTI, 2007).

Após esse período, a idéia que as empresas deveriam responder apenas aos seus acionistas foi muito criticada, com o tema vindo a público novamente no ano de 1953 com o caso A. P. Smith Manufacturing Company versus Barlow. Nesse caso, a Suprema Corte de Nova Jersey foi favorável a doação de recursos para uma instituição de ensino, contrariando os interesses dos acionistas e determinando que a corporação pode buscar desenvolvimento social, estabelecendo em lei a filantropia corporativa (ASHLEY, 2010). Em seguida, ainda conforme Ashley (2010), essa decisão passou a ser utilizada por defensores da responsabilidade social, a fim que outras ações sociais e ambientais, mesmo não tendo retorno financeiro, deveriam ser adotadas pela organização. Ashley (2010) complementa que na década de 1960 iniciaram-se discussões sobre a importância da responsabilidade social corporativa nos Estados Unidos e, no final da década, também na Europa.

Ashley (2010) acrescenta que no Brasil, a responsabilidade social empresarial iniciou seu desenvolvimento no final da década de 1990, época que houve a criação de institutos e fundações relacionados a essas questões, tais como: Instituto Ethos, Instituto de Cidadania Empresarial – ICE; Conselho de Cidadania Empresarial da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais – FIEMG; Núcleo de Ação Social – NAS; Grupo de Institutos, Fundações e Empresas – GIFE; Associação de Empresários pela Cidadania (CIVES); Adce-Brasil, Fundação Instituto de Desenvolvimento Empresarial e Social – FIDES.

Carroll (1991) definiu que a responsabilidade social compreende as dimensões econômicas, legais, éticas e filantrópicas (Figura 2), conceito que continua como um dos mais citados. A responsabilidade econômica é a principal, estando todos os demais condicionados a esta, já que antes de qualquer coisa a empresa deve gerar lucro. Em seguida vem a responsabilidade legal, pois, após a empresa definir seu sistema econômico deve se submeter às regras básicas impostas pela sociedade. Em terceiro aparece a responsabilidade ética, incluídas aí as normas que não estão previstas no aspecto econômico e legal, referindo-se a obrigação de fazer o que é certo e justo, evitando ou minimizando os danos a sociedade. Na ponta da pirâmide aparece a responsabilidade filantrópica, abrangendo as ações e programas em resposta às expectativas da sociedade, devendo as empresas atuar como bons cidadãos.

Figura 1 - Pirâmide da Responsabilidade Social de Carroll



Fonte: Carroll (1991)

Para Dias (2009), com a responsabilidade social surgiu uma nova forma de a empresa agregar valor à sua imagem e conquistar mercados. Buscar apenas o lucro econômico não mais é suficiente, sendo também importante a organização se engajar em projetos e atividades voltadas para o social, trazendo o bem-estar dos seus funcionários e da comunidade.

Quadro 1– Tripé da Sustentabilidade

Sustentabilidade Empresarial		
Ambiental	Social	Financeiro
<p><b>Cuidados com planeta</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Proteção ambiental</li> <li>- Recursos renováveis</li> <li>- Ecoeficiência</li> <li>- Gestão de resíduos</li> <li>- Gestão de Riscos</li> </ul>	<p><b>Dignidade humana</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Direitos humanos</li> <li>- Direitos trabalhadores</li> <li>- Envolvimento comunidade</li> <li>- Transparência</li> <li>- Postura ética</li> </ul>	<p><b>Prosperidade</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Resultado econômico</li> <li>- Direitos dos acionistas</li> <li>- Competitividade</li> <li>- Relação entre clientes e fornecedores</li> </ul>

Fonte: Adaptado de Tinoco (2010, p.15)

O conteúdo do Quadro 1 consiste na necessidade das empresas ajustarem suas decisões estratégicas nas dimensões da sustentabilidade empresarial, ou seja, a empresa deve se manter

de forma positiva nas três esferas da sustentabilidade: social, ambiental e financeiro (TINOCO, 2010). Para o autor esse tripé pode ser evidenciado da seguinte forma:

- a) *Social*: são os integrantes da empresa, aos quais deve assegurar condições plenas de trabalho seguro, oportunidades de realização de planos de vida e o direito de partilhar os resultados que produzem. Também se refere às comunidades com as quais interage, oferecendo contribuição necessária à superação suas carências;
- b) *Ambiental*: a empresa deve suavizar o impacto que sua atividade possa causar à natureza e ir além, participando do combate às ameaças atuais;
- c) *Econômico*: a empresa deve cumprir os compromissos essenciais à sua atividade e gerar resultados, assegurando a sua continuidade com o retorno dos investimentos.

## 2.2 Atuação Social da Empresa

As empresas, como mencionado na introdução deste estudo, têm incorporado ações sociais às suas atividades, seja por exigência da sociedade, seja para conquistar e manter seus consumidores, os quais são mais exigentes em toda a cadeia produtiva da organização.

De acordo com Goldstein (2007, p. 42), “responsabilidade social não é sinônimo de ação social”, sendo ela mais ampla. Ela abrange, além das ações voltadas para comunidade e o ambiente, também ações para todos os públicos relacionados à empresa como acionistas, funcionários, clientes, fornecedores e poderes públicos. As empresas encontram-se num processo de transição em relação a sua forma de atuação social, de um padrão individual para um que evidencia a coletividade. É possível, conforme Tenório (2006), destacar algumas tendências dessa nova forma de atuação: (a) profissionalização do processo como um todo; (b) atuações voluntárias; (c) projetos coletivos para desenvolver o empreendedorismo social.

Segundo Tenório (2006), apesar da inclusão da ação social no modelo de gestão das empresas, algumas expressões ainda não estão bem definidas, sendo até mesmo utilizadas como sinônimos. Assim, faz-se necessário sua conceituação, como segue:

- a) *Filantropia empresarial*: é caracterizada por uma ação assistencialista, caridosa e geralmente temporária, porém, quando praticada, não assegura que a empresa esteja agindo simultaneamente em favor do meio ambiente e da sociedade.
- b) *Cidadania empresarial*: é caracterizada pela participação ativa da empresa na sociedade, participando das decisões e ações no espaço público que se insere.
- c) *Responsabilidade social corporativa*: é caracterizada pelo desenvolvimento da empresa, pela busca da melhoria da qualidade de vida da sociedade e preservação do meio ambiente.

Portanto, na gestão da responsabilidade social, a empresa tende a fazer e acompanhar seus investimentos de maneira estratégica, proporcionando melhor qualidade de vida para a sociedade e preservando o meio ambiente. A ênfase na divulgação dessas ações, dando visibilidade para sua atuação social, contribui em trazer mais desenvolvimento econômico.

Dias (2009) esclarece que foram criadas normas para certificar as empresas de seu compromisso com a responsabilidade social. Pode-se destacar a norma elaborada, em 1997, pela Social Accountability International (SAI) denominada Responsabilidade Social 8000 (SA8000). Essa norma baseia-se no cumprimento das leis trabalhistas e seu sistema de controle pode ser aplicado em empresas de qualquer porte. Essa certificação valida as demonstrações contábeis da empresa e aumenta sua confiabilidade, tendo em vista que muitas empresas já exigem essa certificação de sua cadeia produtiva. Dias (2009) acrescenta que no Brasil, em 2004, a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) criou a norma NBR 16001, que estabelece requisitos mínimos para um sistema de gestão de responsabilidade social. A norma

não é obrigatória e com ela é possível verificar se a empresa segue boas práticas de governança, práticas leais de concorrência, compromisso com desenvolvimento profissional, proteção ao meio ambiente, ações sociais de interesse público, entre outros.

De acordo com Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - INMETRO (2010), em 2010 foi publicada a Norma Internacional ISO 26000 – Diretrizes sobre Responsabilidade Social, fornecendo informações referentes à responsabilidade social como: conceito, tendência, princípios e práticas, temas e questões centrais, integração e implantação, compromisso e desempenho, entre outras. A ISO 26000:2010 pode ser aplicada em todos os tipos de organização, sendo de uso voluntário, porém não certificada.

### **2.3 Balanço Social**

Conforme Tinoco (2008), em seu início as informações contábeis destinavam-se ao seu usuário principal: proprietário ou gestor. O desenvolvimento econômico motivou investidores a se interessarem pelas informações contábeis para aferir a situação financeira da empresa. Na década de 1960, na Europa e nos Estados Unidos, informações sobre desempenho econômico e social passaram a ser exigidas pelos trabalhadores, trazendo aumento nas informações da empresa, inclusive as da responsabilidade social. Em 1977, na França, cria-se o Balanço Social, que evidenciava basicamente aspectos sociais.

No Brasil, os primeiros Balanços Sociais foram divulgados no final dos anos 80, após a FIDES criar um modelo. Em 1998, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) lançou o Selo Balanço Social IBASE/Betinho, atribuído a todas as empresas que publicam o Balanço Social; com esse selo as empresas deixam evidente o seu compromisso com a responsabilidade social. Nesse mesmo ano, foi criado o Instituto Ethos de Responsabilidade, que atua na responsabilidade social empresarial e sua divulgação. Portanto, a partir da década de 1990 as empresas passaram a divulgar suas ações em relação aos funcionários, ao meio ambiente e a comunidade (REIS; MEDEIROS, 2007).

O Balanço Social, para Kroetz (2000), representa a demonstração dos gastos e das influências das entidades na promoção humana, social e ecológica, dirigidos aos gestores, aos empregados e à comunidade com que interage no espaço temporal passado/presente/futuro. Tem-se então que o Balanço Social surgiu para evidenciar a responsabilidade social da empresa, tornando-se um instrumento importante para análise de sua gestão social.

Para Tinoco (2010), a importância do Balanço Social decorre do enfoque atual de que só a visão do lucro não é mais suficiente para a empresa alcançar seus objetivos. Em longo prazo, para haver continuidade, é necessário a ela atender as necessidades de todos os envolvidos: clientes, fornecedores, investidores, governos, comunidade, funcionários etc.

### **2.4 Contabilidade Ambiental**

Para que houvesse a integridade de dados e informações dos aspectos econômico meio ambiente, surge a contabilidade ambiental que se torna um mecanismo importante para o desenvolvimento das empresas no mundo globalizado. Ela foi desenvolvida pela necessidade de oferecer informações adequadas às características de uma gestão ambiental. Conforme Ferreira (2003), ela não se refere a uma nova contabilidade e sim a uma especialização.

Para Ribeiro (2005, p. 45), o objetivo da contabilidade ambiental é “identificar, mensurar e esclarecer os eventos e transações econômico-financeiros que estejam relacionados com a proteção, preservação e recuperação ambiental [...] visando a evidenciação da situação patrimonial de uma entidade”. Conforme Carvalho (2008), a inserção das informações ambientais na contabilidade ocorreu na década de 1990, mais especificamente com a ECO/92

que estabeleceu uma agenda internacional de cooperação, visando o desenvolvimento sustentável. Em 1996, a Dinamarca passa a determinar que as empresas que impactam o meio ambiente, apresentem um relatório ambiental. Na Noruega é promulgada a Lei da Contabilidade Norueguesa, em 1999, situação em que as empresas passam a informar sobre o seu ambiente de trabalho e sua relação com ambiente externo.

Conforme Carvalho (2008) em 1995, na 13ª sessão do Grupo Intergovernamental de Especialistas em Padrões Internacionais de Contabilidade, apresentou-se pesquisa em 55 países sobre o tratamento contábil da questão ambiental: a Bulgária, desde 1992 tem a contabilidade ambiental como parte da contabilidade oficial das empresas; a França desenvolveu um balanço patrimonial ecológico, relacionando as informações apresentadas pela empresa e o meio ambiente; na Holanda, embora não obrigatório, geralmente as empresas demonstram os riscos ambientais, impactos ambientais e os esforços para reduzi-los.

Carvalho (2008) acrescenta que no Brasil contabilidade ambiental iniciou em 1996, com a edição da NPA 11 – Balanço e Ecologia, pelo Instituto Brasileiro de Contabilidade – IBRACON, com o objetivo promover a junção da Contabilidade e o Meio Ambiente.

## 2.5 Indicadores da Gestão Sustentável

Todas as empresas, do tipo sociedade anônima, de capital aberto ou fechado, pública ou privada, independente do seu porte, são obrigadas por lei a divulgar informações financeiras que possibilitem medir o seu desempenho, conforme afirma Alessio (2004).

Além dessa obrigatoriedade, é possível observar, nas últimas décadas, o desenvolvimento de indicadores e instrumentos que permitem medir também o comportamento socialmente responsável das empresas, já que essa medição passou a exigir transparência e responsabilidade social tanto quanto o foco financeiro (ALESSIO, 2004).

Reis e Medeiros (2007) destacam que uma das demonstrações utilizadas para avaliar o desempenho da empresa é o balanço social, o qual reúne as informações sobre as atividades socioambientais que a empresa realiza tendo em vista o bem-estar da sociedade e a preservação do meio ambiente. Assim como um balanço contábil, no social as informações e os indicadores são mensurados, interpretados e apresentados em forma de um relatório.

Tenório (2006) acrescenta que a demonstração do valor adicionado (DVA) pode ser outro instrumento de avaliação do desempenho, por ser um relatório que permite identificar quanto de valor uma empresa agrega à sociedade e de que forma ele é repartido entre os agentes, ou seja, quem são os beneficiados com o desempenho da empresa. Dentre tais beneficiários incluem-se os empregados (salários, gratificações, honorários, participação nos resultados), governo (impostos diretos e indiretos), terceiros (juros e aluguéis), acionistas (dividendos e lucros retidos). Na busca de melhoria de decisões, ações e práticas sustentáveis das empresas, Alessio (2004, p. 88) posiciona que

algumas organizações da sociedade já foram criadas especialmente para trabalhar com as empresas na adoção da responsabilidade social e vários indicadores, instrumentos normativos e auditorias já possibilitam mensurar o desempenho social das empresas, além de também serem uma forma de nortear e aperfeiçoar as ações de responsabilidade social já adotadas.

Para Bellen (2006), o objetivo dos indicadores é agregar e quantificar informações de modo que sua significância fique mais aparente. As principais funções dos indicadores são: (a) avaliação de condições e tendência; (b) comparação entre lugares e situações; (c) avaliação de condições e tendências em relação às metas e aos objetivos; (d) prover informações de advertência; (e) antecipar futuras condições e tendências. Bellen (2006) ressalta que os

indicadores devem ser compreensíveis, transparentes e os seus usuários precisam ser estimulados a compreender seu significado dentro dos seus próprios valores.

## 2.6 Índices de Análise do Balanço Social

Mesmo não havendo obrigatoriedade legal para publicação do balanço social, o modelo mais utilizado no Brasil é o do IBASE. Athar Neto (2006), destaca que o modelo apenas evidencia os valores aplicados em cada indicador, dificultando a análise, compreensão e interpretação dos dados por seus usuários.

Athar Neto (2006) sugere que para melhor análise pode-se usar uma forma parecida à da análise tradicional de balanço, criando índices a partir dos indicadores informados no balanço social. Athar Neto subdivide os indicadores em oito grupos (Quadro 2).

Quadro 2 – Grupos de Indicadores de Análise do Balanço Social

Ordem	Grupo	Denominação
1	GPRV	Grau de Participação da Receita Líquida de Vendas
2	GPRO	Grau de Participação do Resultado Operacional
3	GPIS	Grau de Participação dos Indicadores Sociais e Ambientais
4	RISI	Relação dos Indicadores Sociais Internos
5	RISE	Relação dos Indicadores Sociais Externos
6	RISA	Relação dos Indicadores Ambientais
7	RICV	Relação dos Indicadores Compulsórios e Voluntários
8	RIL	Relação dos Indicadores Laborais

Fonte: Athar Neto (2006).

Os grupos indicados no Quadro 2 são desmembrados em 15 indicadores específicos, detalhados no Quadro 3.

Quadro 3 – Indicadores de Análise do Balanço Social

Grupo/ Índice	Fórmula	Significado (Relações)
GPRV 1	(Indicadores Soc Internos + Indicadores Soc Externos + Indicadores Ambientais) / Rec. Líq. Venda	Investimento em responsabilidade social em relação à receita de vendas
GPRO 2	Resultado Operacional / (Indicadores Soc Internos + Indicadores Soc Externos + Indicadores Ambientais)	Retorno econômico proporcionado pelos investimentos em resp. sociais
GPIS 3	Indicadores Soc Internos / ((Indicadores Soc Internos + Indicadores Soc Externos + Indicadores Ambientais)	Proporção dos Inv. Soc. Internos no total investido em responsab. sociais.
GPIS 4	Indicadores Soc Externos / ((Indicadores Soc Internos + Indicadores Soc Externos + Indicadores Ambientais)	Proporção dos Inv. Soc. Externos no total investido em responsab. sociais.
GPIS 5	Indicadores Ambientais / ((Indicadores Soc Internos + Indicadores Soc Externos + Indicadores Ambientais)	Proporção dos Inv. Ambientais no total investido em responsab. sociais.
RISI 6	Indicadores Laborais / Indicadores Sociais internos	Proporção dos Indicad. Laborais no total investido em indic Soc. Internos
RISI 7	Remuneração Indireta / Indicadores Sociais internos	Proporção Remuneração Indireta no total investido em indic Soc. Internos
RISE 8	Tributos / Indicadores Sociais Externos / Indicadores Sociais Externos	Proporção dos Tributos no total dos Indicadores Externos
RISE 9	Contribuições para a Sociedade / Indicadores Sociais Externos	Proporção das Contrib. à Sociedade no total dos Indicadores Externos
RISA 10	Investimentos Relacionados com a Produção / Investim. Total em Meio Ambiente	Proporção dos Investimentos na Produção no Total Inv. Meio Ambiente
RISA 11	Investimentos em Programas Externos / Investim. Total em Meio Ambiente	Proporção Invest. Programas Ext. na Produção no Total Inv. Meio Ambiente



RICV 12	Indicadores Sociais Compulsórios / Total Investimento Social	Proporção Ind. Soc. Compulsórios no Total do Investimento Social
RICV 13	Indicadores Sociais Voluntários / Total Investimento Social	Proporção Ind. Soc. Voluntários no Total do Investimento Social
RIL 14	Folga Pagamento Bruta / Receita Líquida Venda	Proporção Receita Total alocada como remuneração aos colaboradores
RIL 15	Participação nos Lucros / Resultado Operacional	Proporção do Resultado que foi distribuído aos colaboradores

### 3 PRINCIPAIS ASPECTOS METODOLÓGICOS

#### 3.1 Classificação da Pesquisa

De acordo com Silva e Menezes (2001), as pesquisas podem ser classificadas quanto à natureza, forma de abordagem do problema, objetivos e procedimentos técnicos.

Quanto à natureza, a pesquisa é classificada como aplicada, por abordar situações reais e gerando conhecimento prático, ou seja, analisar Balanços Sociais divulgados por empresas para identificar o desempenho em sua gestão sustentável. Quanto à forma de abordagem do problema, a pesquisa é considerada quantitativa dada a mensuração dos indicadores, e qualitativa, dada as análises interpretativas de tais indicadores.

Referindo-se aos objetivos, a pesquisa é classificada como descritiva, tendo em vista o objetivo de descrever, pela análise de indicadores, o comportamento das empresas, evidenciando suas ações sustentáveis bem como seus investimentos nessas atividades. Quanto aos procedimentos técnicos, a pesquisa é documental, elaborada a partir de dados e informações coletadas nos Balanços Sociais das empresas disponibilizados nos seus sítios.

#### 3.2 Sujeitos da Pesquisa

A pesquisa foi realizada com dez empresas brasileiras de capital aberto e de diversos setores da economia brasileira: alimentos processados, energia elétrica, intermediação financeira, madeira, material de transporte, petróleo, saneamento, serviços financeiros, siderurgia e telecomunicação.

A seleção das empresas baseou-se na disponibilidade em endereço eletrônico dos Balanços Sociais dos anos de 2008, 2009 e 2010, em empresas de diferentes setores, possibilitando verificar se há diferenças substanciais em seus desempenhos. Além disso, ser uma empresa aberta, ou seja, com ações negociadas em bolsa de valores.

#### 3.3 Coleta e Tratamento dos Dados

Os dados foram coletados nos Balanços Sociais, do triênio 2008-2010, disponibilizados pelas empresas em seus respectivos sítios. Considerando a inflação dos anos estudados, fez-se o reajuste do valor de cada ano para o último ano analisado, 2010. Utilizou-se o Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M), calculado pela Fundação Getúlio Vargas, conforme Portal Brasil (2011). A atualização monetária foi realizada da seguinte forma:

- O ano de 2008 foi reajustado com base em seis meses da inflação anual do ano; o valor obtido foi reajustado pela deflação de 2009 e corrigido pela inflação de 2010.
- O ano de 2009, inicialmente, foi reajustado com base nos seis meses da deflação anual de 2009; posteriormente foi corrigido pela inflação do ano de 2010;
- O ano de 2010, foi reajustado com base nos seis meses da inflação anual do ano;
- Após corrigir todos os valores de todos os anos, eles foram somados para compor o total corrigido do triênio.

### 3.4 Procedimentos de Análise dos Dados

A análise foi baseada em valores representativos do triênio 2008 a 2010, corrigidos monetariamente conforme já esclarecido na seção 3.3. Deste modo, não há análise individual de cada ano do triênio, mas sim deles no seu conjunto trienal.

Para fins de análise, compreensão e interpretação dos dados, foram aplicados os índices de análise do Balanço Social, estudados por Athar Neto (2006), expostos na seção 2.6 deste estudo. Ao final foi feita análise da distribuição do valor adicionado pelas empresas.

## 4 APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS

### 4.1 Empresas

Apresenta-se no Quadro 4, a identificação geral das empresas estudadas: denominação, segmento, fundação, controle acionário.

Quadro 4 – Empresas Analisadas

Denominação	Segmento	Fundação	Controle Acionário
Brasil Foods	Alimentos processados	2009	Privado Nacional
Cemig	Energia elétrica	1952	Governamental
Bradesco	Intermediação financeira	1943	Privado Nacional
Duratex	Madeira	1950	Privado Nacional
Embraer	Material Transporte	1969	Privado Estrangeiro
Petrobrás	Petróleo	1953	Governamental
Sabesp	Saneamento	1973	Governamental
Redecard	Serviços Financeiros	1996	Privado Nacional
Usiminas	Siderurgia	1956	Privado Nacional
TIM	Comunicação	2002	Privado Estrangeiro

### 4.2 Índices do Balanço Social

Para uma melhor análise do Balanço Social de cada empresa, bem como o desempenho da sua gestão sustentável, foram utilizados os índices de análise estudados por Athar Neto (2006). Os dados monetários estão apresentados em milhões de reais.

Quadro 5 – Grau de Participação Receita Líquida (GPRV) e Resultado Operacional (GPRO)

Empresa	Total Inv Soc./Amb.	Rec. Líq	Res. Operac	Índice 1 GPRV (%)	Índice 2 GPRO (%)
Brasil Foods	12.152	72.411	3.537	16,8	29,1
Cemig	26.163	38.982	11.025	67,1	42,1
Bradesco	32.919	68.912	35.553	47,8	108,0
Duratex	2.340	7.218	1.610	32,4	68,8
Embraer	3.177	31.197	2.588	10,2	81,5
Petrobrás	308.677	673.544	117.898	45,8	38,2
Sabesp	6.010	26.493	6.501	22,7	108,0
Redecard	3.184	7.799	6.419	40,8	201,6
Usiminas	11.904	43.748	8.828	27,2	74,2
TIM	15.779	44.856	2.010	35,2	12,7

Os dados do Quadro 5 apresentam quanto foi investido nos indicadores sociais e ambientais em relação à receita líquida (GPRV), e a representatividade do resultado operacional em relação aos investimentos em indicadores sociais e ambientais (GPRO), durante o triênio. Quanto ao Índice 1 observa-se a empresa que apresenta a melhor relação foi a Cemig, com 67,1% da receita, no montante de R\$26,2 bilhões. Em segundo lugar encontra-se o Bradesco com 47,8% e montante de R\$32,9 bilhões investidos em ações socioambientais. De outra parte, a empresa que apresentou a menor relação foi a Embraer, com 10,2%.

Quanto ao Índice 2, o melhor retorno econômico financeiro em relação aos investimentos sociais e ambientais foi da Redecard, com 201,6% do total de R\$6,4 bilhões. Em segundo lugar tem-se a Sabesp e o Bradesco, ambas com retorno de 108%.

Quadro 6 – Grau de Participação dos Indicadores Sociais e Ambientais (GPIS)

Empresa	Indicad Soc Internos	Indicad Soc Externos	Indicad Ambient	Índice 3 GPIS (%)	Índice 4 GPIS (%)	Índice 5 GPIS (%)
Brasil Foods	3.631	8.128	393	29,9	66,9	3,2
Cemig	3.052	22.839	272	11,7	87,3	1,0
Bradesco	12.532	20.294	93	38,1	61,6	0,3
Duratex	706	1.588	47	30,2	67,9	2,0
Embraer	2.409	737	31	75,8	23,2	1,0
Petrobrás	33.381	268.306	6.990	10,8	86,9	2,3
Sabesp	1.409	4.539	71	23,4	75,4	1,2
Redecard	268	2.916	0	8,4	91,6	0,0
Usiminas	2.719	8.593	592	22,8	72,2	5,0
TIM	899	14.880	1	5,7	94,3	0,0

O Quadro 6 apresenta os dados do GPIS, ou seja, o grau de participação de cada indicador social e ambiental em relação ao montante investido. No índice 3, que indica quanto foi investido nos indicadores sociais internos, a empresa com maior relação percentual foi a Embraer, 75,8% do total investido, R\$3,2 bilhões. Em seguida no Índice 4, que evidencia a relação dos indicadores sociais externos, a com maior percentual foi a Tim, com 94,3% do montante de R\$15,2 bilhões. No Índice 5, que revela a relação dos indicadores ambientais, a Usiminas tem o maior percentual, 5,0% do total de R\$11,9 bilhões investimentos.

Quadro 7 – Relação dos Indicadores Sociais Internos (RISI)

Empresa	Indic Laborais	Remuner Indireta	Indic Soc Internos	Índice 6 RISI (%)	Índice 7 RISI (%)
Brasil Foods	2.301	1.330	3.631	63,4	36,6
Cemig	1.868	1.184	3.052	61,2	38,8
Bradesco	6.916	5.617	12.532	55,2	44,8
Duratex	528	177	706	74,9	25,1
Embraer	1.732	677	2.409	71,9	28,1
Petrobrás	21.128	12.253	33.381	63,3	36,7
Sabesp	519	890	1.409	36,8	63,2
Redecard	199	68	268	74,5	25,5
Usiminas	1.530	1.190	2.719	56,2	43,8

TIM	525	374	899	58,4	41,6
-----	-----	-----	-----	------	------

Os dados do Quadro 7 revelam como os recursos investidos em indicadores sociais internos foram distribuídos (RISI). No Índice 6, que revela quanto foi aplicado em indicadores laborais (encargos sociais compulsórios e participação nos lucros), a empresa com maior percentual de investimento foi a Duratex, com 74,9% do investimento total de R\$706 milhões. Em relação ao que foi aplicado em remuneração indireta (capacitação profissional, saúde, educação, outros), calculado pelo índice 7, a empresa com maior percentual foi a Sabesp, investindo 63,2% do investimento total de R\$1,4 bilhões.

Quadro 8 – Relação dos Indicadores Sociais Externos (RISE)

Empresa	Indic Laborais	Remuner Indireta	Indic Soc Externos	Índice 6 RISE (%)	Índice 7 RISE (%)
Brasil Foods	8.121	7	8.128	99,9	0,1
Cemig	22.655	184	22.839	99,2	0,8
Bradesco	19.800	494	20.294	97,6	2,4
Duratex	1.584	4	1.588	99,7	0,3
Embraer	695	41	737	94,4	5,6
Petrobrás	266.847	1459	268.306	99,5	0,5
Sabesp	4.426	114	4.539	97,5	2,5
Redecard	2.865	51	2.916	98,2	1,8
Usiminas	8.422	170	8.593	98,0	2,0
TIM	14.798	82	14.880	99,4	0,6

Os dados do Quadro 8 evidenciam como os indicadores sociais externos (RISE) foram aplicados no triênio. O índice 8, que representa os tributos pagos pelas empresas (excluídos os encargos sociais), destaca que a BRF foi a empresa com maior percentual, destinando 99,9% do total de R\$8,1 bilhões destinados aos indicadores sociais externos. A seguir, no Índice 9, que revela as contribuições para a sociedade, destaca-se a Embraer com investimento de 5,6% do total de R\$737 milhões investidos em indicadores sociais externos no triênio.

Os indicadores ambientais apresentados no Quadro 9 revelam os recursos aplicados no meio ambiente (RISA). Os investimentos relacionados com a produção, calculados no Índice 10, destacam qual % a empresa destinou em ações que minimizam possíveis riscos causados ao meio ambiente pelo processo produtivo. As empresas Cemig e Redecard foram as principais, com 100% dos investimentos de R\$272 milhões e R\$35 mil, respectivamente. O Índice 11 destaca os investimentos em programas externos, que são projetos voluntários relacionados ao meio ambiente. O Bradesco surge com maior participação, de 100% do investimento total de R\$93 milhões.

Quadro 9 - Relação dos Indicadores Ambientais (RISA)

Empresa	Invest Produç	Projetos Internos	Indicad Ambient	Índice 10 RISA (%)	Índice 11 RISA (%)
Brasil Foods	392	1	393	99,8	0,2
Cemig	272	0	272	100,0	0
Bradesco	0	93	93	0	100,0

Duratex	45	2	47	95,5	4,5
Embraer	31	0	31	99,1	0,9
Petrobrás	6.552	438	6.990	93,7	6,3
Sabesp	1	69	71	1,8	98,2
Redecard	0	0	0	100,0	0
Usiminas	590	3	592	99,5	0,5
TIM	1	0	1	93,9	6,1

Os dados do Quadro 10 detalham a composição dos recursos aplicados em responsabilidade social (RICV). A empresa com maior relação nos investimento em indicadores compulsórios (encargos sociais, participação nos lucros e resultados e tributos), de acordo com o Índice 12, foi a Tim com 97,1% do total de R\$97,8 bilhões. Já a empresa com melhor posição nos indicadores voluntários, conforme o Índice 13, foi a Embraer, destinando 23,6% do total de R\$3,2 bilhões.

Quadro 10 - Relação dos Indicadores Compulsórios e Voluntários (RICV)

Empresa	Invest Compul	Invest Volunt	Total Invest	Índice 12 RICV (%)	Índice 13 RICV (%)
Brasil Foods	10.422	1.729	12.152	85,8	14,2
Cemig	24.523	1.640	26.163	93,7	6,3
Bradesco	26.715	6.204	32.919	81,2	18,8
Duratex	2.112	228	2.340	90,2	9,8
Embraer	2.427	750	3.177	76,4	23,6
Petrobrás	287.975	20.702	308.677	93,3	6,7
Sabesp	4.945	1.075	6.020	82,1	17,9
Redecard	3.064	120	3.184	96,2	3,8
Usiminas	9.952	1.952	11.904	83,6	16,4
TIM	15.322	457	15.779	97,1	2,9

O Quadro 11 apresenta os dados do total bruto da folha de pagamento, da receita líquida, da participação nos lucros e do resultado operacional. Na relação entre a folha de pagamento e a receita líquida, calculada pelo Índice 14, o Bradesco destaca-se com 38,9%.

Verifica-se, no índice 15, a relação da participação nos lucros pelos colaboradores em relação ao resultado operacional obtido no triênio. A Embraer foi a empresa com maior relação percentual, 12,0% do resultado operacional de R\$ 2,6 bilhões do triênio.

Quadro 11 - Relação dos Indicadores Laborais (RIL)

Empresa	Fopag Bru	Rec Liq	Índice 14 RIL (%)	Part Lucr	Res Oper	Índice 15 RIL (%)
Brasil Foods	10.142	72.411	14,0	79	3.537	2,2
Cemig	3.507	38.982	9,0	1.031	11.025	9,4
Bradesco	26.827	68.912	38,9	2.192	35.553	6,2
Duratex	888	7.218	12,3	78	1.610	4,9

Embraer	5.422	31.197	17,4	311	2.588	12,0
Petrobrás	74.721	673.544	11,1	4.976	117.898	4,2
Sabesp	4.219	26.493	15,9	141	6.501	2,2
Redecard	402	7.799	5,1	91	6.419	1,4
Usiminas	4.861	43.748	11,1	216	8.828	2,4
TIM	1.834	44.856	4,1	108	2.010	5,4

O Quadro 12 apresenta todos os índices calculados a partir dos dados extraídos dos Balanços Sociais das empresas estudadas. Em primeiro lugar, destaca-se a Embraer por ter apresentado quatro índices maiores que as demais empresas (3, 9, 13 e 15). Em seguida aparecem quatro empresas, todas com melhores resultados em dois índices, sendo elas: a Cemig com melhores resultados nos índices 1 e 10, o Bradesco pelos índices 11 e 14, a Redecard pelos resultados nos índices 2 e 10 e a Tim pelos índices 4 e 12. As demais empresas aparecem com um indicador cada, com exceção da Petrobrás que não obteve destaque.

Quadro 12 - Relação geral dos índices por empresas (dados em %)

Índice	BRF	Cemig	Bradesco	Duratex	Embraer	Petrobrás	Sabesp	Redecard	Usiminas	TIM
1 - GPRV	16,8	67,1	47,8	32,4	10,2	45,8	22,7	40,8	27,2	35,2
2 - GPRO	29,1	42,1	108,0	68,8	81,5	38,2	108,0	201,6	74,2	12,7
3 - GPIS	29,9	11,7	38,1	30,2	75,8	10,8	23,4	8,4	22,8	5,7
4 - GPIS	66,9	87,3	61,6	67,9	23,2	86,9	75,4	91,6	72,2	94,3
5 - GPIS	3,2	1,0	0,3	2,0	1,0	2,3	1,2	0	5,0	0
6 - RISI	63,4	61,2	55,2	74,9	71,9	63,3	36,8	74,5	56,2	58,4
7 - RISI	36,6	38,8	44,8	25,1	28,1	36,7	63,2	25,5	43,8	41,6
8 - RISE	99,9	99,2	97,6	99,7	94,4	99,5	97,5	98,2	98,0	99,4
9 - RISE	0,1	0,8	2,4	0,3	5,6	0,5	2,5	1,8	2,0	0,6
10 - RISA	99,8	100,0	0	95,5	99,1	93,7	1,8	100,0	99,5	93,9
11 - RISA	0,2	0	100,0	4,5	0,9	6,3	98,2	0	0,5	6,1
12 - RICV	85,8	93,7	81,2	90,2	76,4	93,3	82,1	96,2	83,6	97,1
13 - RICV	14,2	6,3	18,8	9,8	23,6	6,7	17,9	3,8	16,4	2,9
14 - RIL	14,0	9,0	38,9	12,3	17,4	11,1	15,9	5,1	11,1	4,1
15 - RIL	2,2	9,4	6,2	4,9	12,0	4,2	2,2	1,4	2,4	5,4

### 4.3 Análise do Valor Adicionado

A fim de completar análise dos Balanços Sociais das empresas, foi realizada uma análise da distribuição do valor adicionado pelas mesmas, com valores representados em milhões de reais.

Quadro 13 – Distribuição do Valor Adicionado

Descrição	BRF	%	Cemig	%	Bradesco	%	Duratex	\$	Embraer	%
Colaboradores	7.260	34,6	5.071	12,8	23.332	31,0	1.258	29,5	3.940	47,9
Governo	8.015	38,2	23.180	58,6	21.896	29,1	1.493	35,0	1.086	13,2
Terceiros	4.651	22,2	4.490	11,4	529	0,7	449	10,5	1.124	13,7

Acionistas	470	2,2	3.437	8,7	22.634	30,0	372	8,7	674	8,2
Retidos	573	2,7	3.381	8,5	6.958	9,2	689	16,2	1.407	17,1
<b>Total VA</b>	<b>20.970</b>	<b>100</b>	<b>39.559</b>	<b>100</b>	<b>75.349</b>	<b>100</b>	<b>4.262</b>	<b>100</b>	<b>8.231</b>	<b>100</b>
<b>Descrição</b>	<b>Petrob</b>	<b>%</b>	<b>Sabesp</b>	<b>%</b>	<b>Redecar</b>	<b>%</b>	<b>Usimin</b>	<b>\$</b>	<b>TIM</b>	<b>%</b>
Colaboradores	53.223	11,0	4.382	28,9	494	6,3	3.881	16,8	1.668	6,8
Governo	281.929	58,3	4.560	30,0	2.940	37,5	8.771	38,0	15.114	61,8
Terceiros	38.807	8,0	2.771	18,3	24	0,3	3.560	15,4	4.770	19,5
Acionistas	30.505	6,3	990	6,5	2.653	33,8	2.417	10,5	946	3,9
Retidos	78.911	16,3	2.472	16,3	1.735	22,1	4.434	19,2	1.971	8,1
<b>Total VA</b>	<b>483.375</b>	<b>100</b>	<b>15.174</b>	<b>100</b>	<b>7.846</b>	<b>100</b>	<b>23.062</b>	<b>100</b>	<b>24.469</b>	<b>100</b>

Os dados do Quadro 13 evidenciam que, no geral, o maior beneficiário foi o governo, recebendo em média 52,5% na distribuição; isso ocorre porque a grande maioria dos investimentos foi de caráter compulsório (impostos, taxas e contribuições). A empresa que mais destinou parte do seu valor adicionado para o governo foi a Tim, com 61,8% do total de R\$24,5 bilhões gerado distribuído no triênio.

Como outros beneficiários nessa distribuição aparecem os colaboradores, com 14,9%, em média. Nota-se que a empresa que destinou maior percentual para eles foi a Embraer, com 47,9% dos R\$8,2 bilhões de valor adicionado do triênio. Em seguida, com participação média de 14,6% destacam-se os valores retidos, que representam quanto de riqueza gerada a empresa vem agregando ao seu capital. A Redecard foi a empresa com maior percentual de valores retidos, com 22,1% dos R\$7,8 bilhões do total adicionado.

Têm-se ainda os acionistas, destacando-se a Redecard, recebendo 33,8% dos R\$7,8 bilhões de valor adicionado. Após surgem os terceiros, com participação de 22,2% dos R\$21 bilhões adicionados pela BRF.

Levando-se em consideração que a melhor distribuição pode ser feita de forma balanceada, atendendo as partes interessadas (colaboradores, governo e acionistas) e, ao mesmo tempo, reservando parte do capital para futuros investimentos, a melhor distribuição foi realizada pelo Bradesco. Nesta empresa, os principais beneficiários dos R\$75,3 bilhões gerados, foram os colaboradores com 31%, acionistas com 30%, 29,1% para o governo; as menores participações ficaram com lucros retidos (9,2%) e terceiros (0,7%). Em segundo lugar, destaca-se a empresa Usiminas, com geração de R\$23,1 bilhões, a qual destinou 38% para o governo, 19,2% retidos, 16,8% para colaboradores e 10,5% para acionistas.

## 5 CONCLUSÃO

Nos últimos anos, devido às exigências da sociedade, as empresas passaram a adotar o conceito do desenvolvimento sustentável, o qual implica a que as empresas, além de gerarem lucro para os investidores, devem, ao mesmo tempo, proteger o meio ambiente e melhorar a vida das pessoas. Deste modo, para demonstrar suas atividades sustentáveis, as empresas adotaram a divulgação do Balanço Social, que, apesar de não obrigatório, tornou-se o principal vínculo para evidenciação do compromisso da empresa com a sociedade.

Foi nesse contexto que o estudo assumiu o objetivo de analisar o desempenho da gestão sustentável refletido no Balanço Social de dez empresas de diversos setores da economia brasileira no triênio de 2008 a 2010. Para isso, foi utilizada a aplicação dos índices, estudados por Athar Neto (2006), os quais visam facilitar a compreensão dos dados contidos no Balanço Social das empresas. Para ampliar a análise, foi também realizada uma análise da distribuição do valor adicionado.

Verificando os investimentos das empresas nos indicadores sociais, conclui-se que as empresas destinam mais recursos para as áreas externas, não havendo um equilíbrio na distribuição. Além disso, tanto os recursos internos como os externos, em sua maioria, estão destinados para cumprimento das obrigações legais. De outra parte, os indicadores ambientais, por enquanto, recebem poucos investimentos das empresas estudadas.

Com base nos diversos indicadores, a melhor empresa foi a Embraer que investiu 23,6% em indicadores voluntários e 76,4% em indicadores compulsórios, do total de R\$3,2 bilhões de investimentos no triênio em indicadores socioambientais. Em segundo lugar, o Bradesco investiu R\$32,9 bilhões em indicadores socioambientais no triênio, destinando 18,8% para os indicadores voluntários e 81,2% para os indicadores de obrigações legais. Na sequência aparece a Sabesp, com investimento de R\$6 bilhões no triênio, distribuindo 17,9% para os indicadores voluntários e 82,1% para os indicadores compulsórios.

Por outro lado, baseado na distribuição equilibrada do valor adicionado gerado pelas empresas durante o triênio, a melhor distribuição foi realizada pelo Bradesco onde os principais beneficiados foram os colaboradores com 31,0%, o governo com 29,1%, os acionistas com 30,0% e 9,2% retidos, dos R\$75,3 bilhões gerados no triênio. A Usiminas aparece em segunda posição, distribuindo os R\$23,1 bilhões e tendo como principais beneficiados os colaboradores, com 16,8%, o governo, com 38,0%, 10,5% para os acionistas e 19,2% retidos. Após, a melhor distribuição foi realizada pela Sabesp que distribuiu 28,9% para os colaboradores, 30% para o governo, 6,5% para os acionistas e 16,3% retidos.

De modo geral, embora grande parte dos recursos das empresas destinados a ações socioambientais estejam mais direcionados para cumprimento de obrigações legais, isso não significa que a gestão sustentável não está sendo adotada. Pelo contrário, a análise mostra que as empresas já estão com o processo de gestão sustentável, mesmo que em posição inicial, tendo em vista que essas ações iniciais (compulsórias), posteriormente podem avançar para outras voluntárias e mais relacionadas ao meio ambiente, colaboradores e sociedade.

Como sugestão de novos estudos, a principal surge em função das limitações trazidas pela reduzida amostra da presente pesquisa. Assim, além de maior quantidade de empresas, há necessidade de incorporar empresas internacionais estabelecidas em países de cultura, políticas e legislação mais avançada nessas questões socioambientais. Entende-se que estudos com essa configuração podem contribuir dadas as possibilidades de análises comparativas de maior abrangência e profundidade.

## REFERÊNCIAS

- ALESSIO, Rosemeri. Responsabilidade social das empresas no Brasil: reprodução de postura ou novos rumos?. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.
- ALMEIDA, Luciene Nascimento. Sustentabilidade ambiental como estratégia empresarial na rede Wal-Mart. In: SIMPÓSIO DE EXCELÊNCIA EM GESTÃO E TECNOLOGIA, 7, 2010, Resende. Resende: Associação Educacional Dom Bosco, 2010.
- ASHLEY, Patrícia Almeida (Coord.). Ética e responsabilidade social nos negócios. 2. Ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
- ATHAR NETO, Jayme M. A. Modelo para análise do balanço social: o caso Azaléia. Revista Contemporânea de Economia e Gestão, Fortaleza, v. 4, n. 2, p. 51-62, 2006.
- BANCO BRADESCO S.A.. Balanço social do Ibase. Osasco, 2011. Disponível em: <<http://www.bancodoplaneta.com.br>>. Acesso em: 20 out. 2011.



- BANCO BRADESCO S.A.. Relatório de sustentabilidade 2008. Disponível em: <<http://www.bradescom.com.br>>. Acesso em: 20 out. 2011.
- BANCO BRADESCO S.A.. Relatório anual 2010. Disponível em: <<http://www.bradescom.com.br>>. Acesso em: 20 out. 2011.
- BELLEN, Hans Michael van. Indicadores de sustentabilidade 2. Ed. R. Janeiro: FGV, 2006.
- BRASIL FOODS S.A. - BRF. Relatório anual e de sustentabilidade 2009 e 2010. Disponível em: <<http://www.brasilfoods.com/ri>>. Acesso em: 20 out. 2011.
- BRASIL FOODS S.A. - BRF. Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras 2010. Disponível em: <<http://www.brasilfoods.com/ri>>. Acesso em: 20 out. 2011.
- CARROLL, Archie B. The pyramid of corporate social responsibility: toward the moral management of organizational stakeholders. *Business Horizons*, v. 34, n. 4, p. 39-48, 1991.
- CARVALHO, Gardênia M. B. Contabilidade ambiental. Curitiba: Juruá, 2008.
- COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - SABESP. Demonstrações financeiras 2010. Disponível em: <<http://www.sabesp.com.br>>. Acesso em: 20 out. 2011.
- COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - SABESP. Relatório da administração 2009. Disponível em: <<http://www.sabesp.com.br>>. Acesso em: 20 out. 2011.
- COMPANHIA DE SANEAMENTO BÁSICO DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. - SABESP. Relatório de sustentabilidade 2009 e 2010. Disponível em: <<http://www.sabesp.com.br>>. Acesso em: 20 out. 2011.
- COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS S.A. - CEMIG. Demonstrações financeiras 2009 e 2010. Disponível em: <<http://cemig.foinvest.com.br>>. Acesso em: 20 out. 2011.
- COMPANHIA ENERGÉTICA DE MINAS GERAIS S.A. - CEMIG. Relatório anual e de sustentabilidade 2009 e 2010. Disponível em: <<http://cemig.foinvest.com.br>>. Acesso em: 20 out. 2011.
- COSTA, Patrícia S. e SOUZA, Simone D. Análise empírica da evolução dos indicadores do balanço social no período de 2000 a 2004: o caso da Petrobrás. In: CONGRESSO DE CONTROLADORIA E CONTABILIDADE, 6, 2006. Anais... São Paulo, FEA/USP, 2006.
- DIAS, Reinaldo. Gestão ambiental. São Paulo: Atlas, 2009.
- DURATEX S.A.. Relatório anual e de sustentabilidade 2010. Disponível em: <<http://www.duralex.com.br>>. Acesso em: 20 out. 2011.
- EMBRAER S.A.. Relatório Anual 2009 e 2010. São José dos Campos, 2010 e 2011. Disponível em: <<http://ri.embraer.com.br>>. Acesso em: 20 out. 2011.
- FERREIRA, A. C. S. Contabilidade ambiental. São Paulo: Atlas, 2003.
- GOLDSTEIN, Ilana S. Responsabilidade social. São Paulo: Ática, 2007.
- GOMES, Adriano R.; MORETTI, S. A responsabilidade e o social. São Paulo: Saraiva, 2007.
- IGARASHI, Deisy C.C.; IGARASHI, Wagner; LIMA, Erimar C.; HERCOS JUNIOR, José B. Análise do alinhamento entre o balanço social e o relatório de sustentabilidade dos três maiores bancos em atividade no Brasil. *Contexto*, v. 10, n. 18, p. 34-48, 2º semestre 2011.
- INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA - INMETRO. ISO 26000: Diretrizes em responsabilidade social. 2010. Disponível em:

<[http://www.inmetro.gov.br/qualidade/responsabilidade\\_social/iso26000.asp](http://www.inmetro.gov.br/qualidade/responsabilidade_social/iso26000.asp)>. Acesso em: 13 set. 2011

KROETZ, Cesar Eduardo Stevens. Balanço social: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2000.

MARTINS, C. M. F.; BERNARDO, D. C. R.; MADEIRA, G. J. Origem e evolução do balanço social no Brasil. *Contabilidade Vista & Revista*, v. 13, n. 1, p. 105-116, 2002.

MORIMOTO, P. Y. A. e ZEN, M. J. C. M. Análise do balanço social das empresas de papel e celulose. In: CONGRESSO DA SOBER, 64, 2006. Anais... Fortaleza, SOBER, 2006.

MOURA, Luiz A. A. Qualidade e gestão ambiental. 5. ed. São Paulo: Juarez Oliveira, 2008.

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS. Análise Financeira e Demonstrações Contábeis 2010. Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br/ri>>. Acesso em: 20 out. 2011.

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. - PETROBRAS. Relatório de sustentabilidade 2009 e 2010. Disponível em: <<http://www.petrobras.com.br/ri>>. Acesso em: 20 out. 2011.

PINTO, Anacleto e RIBEIRO, Maisa. Balanço social: uma avaliação de informações fornecidas por empresas industriais situadas no estado de Santa Catarina. *Contabilidade & Finanças*, ano 15, v. 4, n. 36, p. 21-34, set/dez 2004.

PONCHIROLLI, Osmar. Ética e responsabilidade social empresarial. Curitiba: Juruá, 2008.

PORTAL BRASIL. Índice geral de preços do mercado – IGP-M. Disponível em: <<http://www.portalbrasil.net/igpm.htm>>. Acesso em: 19 out. 2011.

REDECARD S.A. Divulgação de resultados 4T10. Disponível em: <<http://www.redecard.com.br>>. Acesso em: 20 out. 2011.

REDECARD S.A. Relatório anual de sustentabilidade 2009 e 2010. Disponível em: <<http://www.redecard.com.br>>. Acesso em: 20 out. 2011.

REIS, Carlos N.; MEDEIROS, Luiz E. Responsabilidade social das empresas e balanço social: meios propulsores do desenvolvimento econômico e social. São Paulo: Atlas, 2007.

RIBEIRO, Maisa de Souza. Contabilidade ambiental. São Paulo: Saraiva, 2005.

SAVITZ, Andrew W. A empresa sustentável. 2. Ed. Rio de Janeiro: Campos, 2007.

SILVA, Edna Lúcia; MENEZES, Estera Muszkat. Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação. 2 Ed. Florianópolis: UFSC/PPGEP/LED, 2001.

SOUZA, M. A.; Backes, C. I.; DAL BELLO, I. L.; PARAZZOLI, M. Análise de balanço social: estudo em uma instituição religiosa. *Contexto*, v. 11, n. 19, p. 101-113, 1º sem 2011.

TACHIZAWA, Takeshy. Gestão ambiental e responsabilidade social corporativa: estratégias de negócios focadas na realidade brasileira. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2006.

TENÓRIO, F. G. (Coord). Responsabilidade social empresarial. 2. ed. R. Janeiro: FGV, 2006.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. Demonstrações financeiras 2009. Disponível em: <<http://www.timpartri.com.br>>. Acesso em: 20 out. 2011.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. Relatório anual 2009 e 2010. Disponível em: <<http://www.timpartri.com.br>>. Acesso em: 20 out. 2011.

TIM PARTICIPAÇÕES S.A. Relatório de sustentabilidade 2009 e 2010. Disponível em: <<http://www.timpartri.com.br>>. Acesso em: 20 out. 2011.

TINOCO, João E. P. Balanço social: uma abordagem da transparência e da responsabilidade pública das organizações. São Paulo: Atlas, 2008.

TINOCO, João E. P. Balanço social e o relatório da sustentabilidade. São Paulo: Atlas, 2010.

USINAS SIDERÚRGICAS DE MINAS GERAIS S.A. - USIMINAS. Relatórios anuais 2009 e 2010. Disponível em: <<http://ript.usiminas.com>>. Acesso em: 20 out. 2011.